

**Jornalismo das periferias: a ressignificação do território
pela comunicação nas bordas urbanas da RMSP**

*Peripheral journalism: a territorial resignification
through communication on the urban borders of RMSP*

Mara ROVIDA¹

Resumo

O jornalismo produzido pelas, para e sobre as periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) revela a efervescência de um fenômeno comunicacional observado em várias partes do Brasil. Em particular, os sujeitos e cenários desta pesquisa indicam a produção de sentidos e ressignificação de territórios anteriormente vinculados exclusivamente a narrativas de pobreza e violência. Mais do que uma alternativa a visões hegemônicas, essas produções revelam outro enquadramento que parece resistir às leituras padronizadas sobre as periferias. Este trabalho apresenta uma primeira etapa de pesquisa ainda em desenvolvimento e apoiada pela Fapesp com o objetivo de compreender a noção de *periferia* apresentada no contexto de produção simbólica de jornalistas que atuam nesse espaço urbano.

Palavras-chave: Jornalismo. Periferia. Territórios urbanos. Geografias da comunicação.

Abstract

The journalism produced in, for and about Metropolitan Region of São Paulo (RMSP, in Portuguese initials) peripheries presents an effervescent communicational phenomenon also observed in many other parts of Brazil. Specially the subjects and places of this research indicate a sense production and a territorial resignification of social spaces bound before with violence and poverty narratives. More than an alternative for hegemonical vision, those journalistic productions reveal other framing possibilities that seem to resist patterned lectures of periphery. This paper presents a first part of a larger research that is still in development with Fapesp financial support with the objective of to increase the knowledge about the conception of periphery presented in symbolic production of journalists whom work in those urban areas.

Keywords: Journalism. Periphery. Urban territories. Communication geographies.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (PPGCC-Uniso).
E-mail: mara.rovida@prof.uniso.br

Introdução

Como abordagem etnográfica nos moldes propostos por Clifford Geertz (2008), esta reflexão está pautada como uma busca por identificar os significados atribuídos pelos sujeitos de pesquisa aos temas que correspondem ao espectro do trabalho de campo realizado entre 2018 e 2019. Em outros termos, busca-se entender como os jornalistas que atuam em coletivos, agências, produtoras, entre outras designações dos veículos jornalísticos das periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) compreendem o território onde atuam. Tomados como sujeitos e não objeto de pesquisa, esses jornalistas figuram como foco da observação, bem como informantes que auxiliam na compreensão dos significados apreendidos na fase empírica da pesquisa cujos resultados são parcialmente apresentados neste artigo.

Essa abordagem, como indicado, está alinhada a ideia de descrição densa de Clifford Geertz (2008, p. 7).

(...) a etnografia é uma descrição densa. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Para Geertz, a pesquisa etnográfica se organiza em dois movimentos. O primeiro deles se orienta como uma imersão em campo, uma aproximação entre pesquisador, cenário e sujeitos de pesquisa. Nessa fase, o pesquisador vai, pela observação participante, se aproximar e experienciar o fenômeno pesquisado, anotando suas impressões em um diário de campo. Essas notas são marcadas por nuances e percepções que extrapolam a simples descrição de cenas, isso significa que nesse movimento de observar e anotar, o pesquisador busca apreender os significados de gestos e comportamentos apresentados pelos sujeitos de pesquisa. Em outros termos, esse procedimento se pauta por uma tentativa de interpretação cultural, é como se o pesquisador observasse a realidade e depois a inscrevesse (GEERTZ, 2008).

Num segundo momento, é necessário apresentar essas cenas, essas situações em “formas pesquisáveis” (GEERTZ, 2008, p. 15). Recorre-se assim ao conhecimento científico existente para conceber uma narrativa dessa interpretação que permita a

outros pesquisadores compreender o significado dos comportamentos e gestos anotados. É nesse segundo movimento que os conceitos ou megaconceitos, para usar um termo do autor, das ciências sociais serão acionados para com eles interpretar a realidade social.

Com base nesse formato de pesquisa, apresenta-se aqui os resultados parciais de um dos temas observados no trabalho de campo² realizado com seis jornalistas de quatro³ diferentes grupos⁴ de produção jornalística das periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e refletidos a partir de um repertório teórico adequado às demandas emanadas da fala e teorização apresentadas pelos próprios sujeitos da pesquisa. O foco desta etapa da reflexão é o significado de *periferia* o que não apenas está presente nas narrativas jornalísticas desses comunicadores, como também define suas identidades e o espaço social onde produzem seu fazer jornalístico.

Os jornalistas das periferias da RMSP

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 39 municípios, incluindo a capital paulista, habitados por cerca de 22 milhões de pessoas, de acordo com as estimativas populacionais de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de concentrar quase 10% da população do Brasil, a RMSP também apresenta de maneira expressiva todas as características do processo de urbanização desordenada que marca a história das cidades brasileiras (KOVARICK, 1994). Talvez por conta dessa característica da RMSP, a produção jornalística em arranjos alternativos às corporações de mídia (FIGARO, 2018) parecem particularmente ganhar cada vez mais musculatura nesse espaço urbano.

Roseli Figaro (2018), em recente divulgação de relatório de pesquisa, apresentou os resultados de um trabalho realizado pelo Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CPCT da ECA-USP) sobre a produção jornalística alternativa, independente e

² Esse trabalho de campo faz parte de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

³ Como exposição parcial dos resultados da pesquisa, nem todos os sujeitos observados no trabalho mais amplo, ainda em desenvolvimento, serão aqui mencionados.

⁴ Produtora de Jornalismo das Quebradas Periferia em Movimento: www.periferiaemmovimento.com.br; Agência Mural de Jornalismo das Periferias: www.agenciamural.org.br; Nós, mulheres das periferias: www.nosmulheresdaperiferia.com.br; Agência Alma Preta: www.almapreta.com.

empreendedora. Para fugir das armadilhas da nomenclatura, Figaro propõe o termo arranjos alternativos às corporações de mídia. Ainda que no levantamento do CPCT estejam contemplados vários grupos de jornalistas que não necessariamente estão enquadrados no que aqui nomeou-se de jornalismo das periferias, nota-se que no universo efervescente de produção alternativa, há um grupo formado por indivíduos e coletivos organizados com foco na cobertura dos territórios periféricos.

Como pesquisa quantitativa, embora haja espaço para etapas qualitativas, o levantamento do CPCT mapeou 170 arranjos alternativos às corporações de mídia em todo o Brasil, sendo 70 na RMSP. No relatório divulgado por Figaro em 2018, há uma classificação temática das políticas editoriais dos grupos analisados, dentre os enquadramentos listados observa-se a questão do território periférico. Entre os indivíduos que representam essa especificidade dos arranjos alternativos, encontram-se alguns dos jornalistas pesquisados no trabalho aqui apresentado. Assim, entende-se que a produção jornalística por eles representada faz parte de um espectro mais amplo que, de acordo com Figaro (2018), Carvalho e Bronosky (2017), entre outros, encontra-se em franco desenvolvimento na contemporaneidade.

Os jornalistas acompanhados em suas rotinas de trabalho e entrevistados para a pesquisa, cujos resultados são apenas parcialmente aqui apresentados, atuam em diferentes frentes de trabalho em localidades também distintas da capital paulista e de algumas das cidades da RMSP. O ponto de convergência desses grupos é a Rede Jornalistas das Periferias que tem por objetivo fortalecer a atuação dos profissionais da comunicação, fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que abarquem as demandas do direito à informação e a prática comunicacional fora do mainstream. A Rede é um espaço ainda muito recente, criada em 2016, por isso as informações oficiais a seu respeito são escassas e não tão definitivas. De acordo com os próprios membros da Rede ouvidos na pesquisa, o debate interno para definir exatamente o que será esse espaço não está encerrado, embora algumas atividades pertinentes já começam a ser observadas como é o caso do Mapa do Jornalismo Periférico⁵, projeto em

⁵ A Rede Jornalistas das Periferias divulgou em meados de 2019 a produção de um mapeamento do jornalismo produzido nas periferias da capital paulista. O objetivo é conhecer melhor o conjunto formado por esses comunicadores espalhados pela cidade. Alguns dados já foram divulgados, embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial. Ver mais em <http://periferiaemmovimento.com.br/tag/mapa-do-jornalismo-periferico/> Acesso em: 12 de setembro de 2019.

desenvolvimento pelos grupos e profissionais que participam da Rede Jornalistas das Periferias.

Como representantes dos quatro grupos analisados na pesquisa, os seis jornalistas foram entrevistados no padrão do diálogo aberto (MEDINA, 2008) e acompanhados em suas rotinas de trabalho nos moldes da primeira etapa da descrição densa (GEERTZ, 2008), num total de 24 horas de presença em campo. Um dos aspectos centrais desse movimento da pesquisa empírica é a discussão sobre o conceito de *periferia*. Embora o termo tenha entrado para a discussão da academia em 1990, segundo Tiarajú Pablo D'Andrea (2013), uma definição sobre as características desses territórios é problemática, isso porque esse seria um conceito em disputa. Dessa forma, pretende-se contribuir com esse debate, observando com algum aprofundamento qual o entendimento dos próprios Sujeitos Periféricos – conceito em que os sujeitos sociais, vinculados aos territórios periféricos, são tomados não apenas como alguém que vive nesses espaços, mas também figuram como agentes de um processo de ressignificação identitária e cultural (D'ANDREA, 2013) – a respeito da noção de *periferia*. Esse é o exercício proposto neste artigo.

Periferia como distância e tempo de acesso

As diferentes e divergentes conotações de *periferia* observadas no debate contemporâneo se devem, entre outras questões, às particularidades dos cenários observados nas cidades brasileiras. Alguns aspectos da periferização das cidades (MARICATO, 2011) se repetem em todas as partes do Brasil, mas há de se anotar que algumas particularidades são definidoras desses espaços e, portanto, não podem ser ignoradas. No caso da RMSP, as distâncias acentuadas entre os bairros periféricos e os centros estruturados das cidades, especialmente da capital paulista, que concentram a oferta de emprego, bem como de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde e educação, implicam num tipo de segregação social perversa (SANTOS, 2009).

Para o jornalista Thiago de Souza Borges, cofundador da Produtora de Jornalismo das Quebradas Periferia em Movimento, a ideia de que a *periferia*, como território ocupado e, portanto, criado por pessoas em suas relações sociais, é também marcada por uma gradação de tempos de acesso a serviços públicos e a direitos sociais.

Essa também é a opinião de Ana Beatriz Felício, jornalista que cobre a região de Carapicuíba para a Agência Mural de Jornalismo das Periferias. De acordo com essa visão, a *periferia* está fisicamente afastada dos espaços centrais das cidades e por conta dos custos da mobilidade urbana (MARICATO, 2011) se transforma em espaço de confinamento para uma parcela importante da população que não consegue acessar os serviços públicos de que necessita pelo simples fato de não ter como arcar com os custos do transporte.

Além da distância física que dificulta a circulação dos sujeitos para além dos limites da própria *periferia*, essa lógica de organização social segrega em níveis diferentes os sujeitos marginalizados ou os cidadãos “incompletos” (SANTOS, 2002). Isso porque outros aspectos da identidade dessas pessoas servem de dificuldade extra. Em outros termos, há uma gradação dessa dificuldade de acesso proveniente de características identitárias como gênero, classe social, raça, entre outros, segundo o jornalista Thiago de Souza Borges que se apoia na reflexão de Tiarajú Pablo D’Andrea (2013). “*Eu, como homem branco, tenho mais facilidade do que minha companheira que é mulher negra, embora nós dois moremos no mesmo lugar, com os mesmos problemas e demoramos o mesmo tempo para acessar certos lugares da cidade*” (BORGES, 2018).

Ainda que Thiago, para elaborar sua perspectiva de *periferia* como território marcado pelo tempo de acesso a direitos, esteja dialogando com Tiarajú Pablo D’Andrea (2013), a discussão sobre cidadania inacabada ou atrofiada de Milton Santos (2002) parece fazer sentido para compreender essa reflexão. “A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (SANTOS, 2002, p. 7). Mas, ao contrário do que a ideia exprime, os direitos de cidadão são mais acessíveis para uns do que para outros. Isso significa que no mundo subdesenvolvido, de acordo com o autor, há diferenças de classes sociais que implicam no acesso à cidadania mantendo as diferenças entre sujeitos que seriam “mais cidadãos” do que outros. De certa maneira, o acesso a que se refere Thiago é o mesmo indicado por Santos, enquanto um utiliza a ideia de direitos sociais o outro fala em cidadania.

D’Andrea (2013), por sua vez, indica que o desenvolvimento do tónus vibrante da *periferia* que passa a simbolizar a partir da década de 1990 uma população orgulhosa

de sua referência territorial e de seu potencial transformador contribui para formar um ideário comum, compartilhado pelos periféricos das diversas cidades e bairros da RMSP, por exemplo. É como se esses sujeitos observassem que além das particularidades de suas experiências múltiplas existem alguns aspectos comuns que os aproximam; a relação com as instituições, o acesso aos espaços de decisão e ao Estado, certamente é um desses aspectos. Essa experiência perpassada por alguns sentimentos comuns e recorrentes une os periféricos, independentemente de seu bairro de moradia, bem como os diferencia dos demais sujeitos sociais. Segundo D'Andrea (2013), viver na *periferia* em São Paulo implica em conviver com uma segregação socioespacial que dificulta os acessos dessas pessoas aos serviços de cultura, lazer, esporte, educação, saúde, trabalho e emprego, entre outros. Deslocar-se na cidade em trajetos longos e demorados é algo que marca a narrativa de vida do sujeito periférico, como apontam os jornalistas entrevistados e observados na pesquisa.

Um dos aspectos da noção de *periferia* que aparece, portanto, na interpretação dos sujeitos dessa pesquisa é a ideia de um espaço social distanciado dos centros urbanos estruturados, onde não existem infraestrutura de serviços públicos e oferta de emprego, de maneira que a população periférica leva mais tempo para acessar seus direitos e, em alguns casos, acaba por ser parcial ou totalmente impedida de ter suas demandas atendidas. Essa seria uma característica da experiência urbana que marca a existência dos periféricos e os diferencia dos demais cidadãos da cidade⁶.

O novo quilombo

Incluir a questão racial, para além dos aspectos de distanciamento e de dificuldade de acesso que marcam os territórios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é uma ideia que permeia a fala de vários dos sujeitos dessa pesquisa. O termo *raça* em si guarda inúmeros contraditórios como bem aponta Muniz Sodré (1999) que é taxativo ao não admitir tal noção para se referir aos seres humanos por alguns motivos, mas, principalmente, pelo fato de que todos os povos são fruto de

⁶ Ainda que essas questões possam ser observadas em outras manchas urbanas brasileiras, esse aspecto da experiência dos periféricos da RMSP chama a atenção de forma particular, justamente pelas longas jornadas percorridas nesses mais de 8 mil quilômetros quadrados ocupados pelos 39 municípios dessa região metropolitana.

encontros e reencontros étnicos. Não existira assim motivo para se falar em raças diferentes se não é possível diferenciar com exatidão biológica os grupos de indivíduos. Apesar disso, a noção de raça – ainda que contraditória pela suposição biológica, pode ser tomada como construção social – parece indispensável para entender a *periferia* como um lugar de grupos marginalizados por concentrar predominantemente pessoas pretas e pardas, para usar outra palavra controversa.

Thiago de Souza Borges comenta essa relação da luta periférica como uma batalha antirracista e vincula as dificuldades de acesso aos direitos também ao fator racial. Ainda que entre os periféricos existam brancos e indígenas, para manter apenas os grupos mencionados na já desgastada narrativa do mito da democracia racial⁷, a discriminação contra a população preta no Brasil se dirige de forma generalizada a essas pessoas que vivem nas periferias. Essa perspectiva é enfatizada por outro dos jornalistas entrevistados na pesquisa, Pedro Borges, da agência Alma Preta. Ao explicar seu entendimento de *periferia*, Pedro cita Maria Beatriz Nascimento, intelectual do movimento feminista negro assassinada pelo companheiro de uma amiga. Ela, segundo Pedro, fala das periferias como um novo quilombo, em outros termos, é um espaço de maioria negra, vinculado à imagem do negro, mas não apenas de negros.

Os quilombos abrigavam muitas pessoas, abrigavam indígenas, brancos, pessoas procuradas pela justiça, entre outros. Assim eram lugares que permitiam uma outra sociabilidade. Eu acho que a periferia não é apenas territorial. Como diz Beatriz Nascimento, o corpo negro é uma periferia e eu gosto dessa imagem (BORGES, 2019).

Isso indica uma ideia de identidade que tem vínculos com o território, mas um espaço que não é apenas lugar físico. Pedro enfatiza que no Brasil tudo que não é o homem branco classe média é passível de sofrer violência, basta ver o genocídio de LGBTQs, negros, mulheres, entre outros índices⁸ que indicam essa posição em relação a esses corpos. “O Estado é violento em todo lugar de maioria negra; cárcere, estádio de futebol, escola de samba, todo o território de maioria negra vai sofrer violência, então o

⁷ Ver mais a respeito das narrativas sobre a identidade brasileira em ORTIZ, Renato. *Imagens do Brasil*. Revista Sociedade e Estado. Campinas: 2013, v. 28, n. 3, p. 609-633.

⁸ Ver mais detalhes sobre os dados mencionados por Pedro Borges em ipea.gov.br/atlasviolencia/.

branco que está nesses espaços vai sofrer as mesmas violências tipicamente desferidas contra o negro” (BORGES, 2019).

Com a expectativa de manter no horizonte a ideia de refletir sobre a dinâmica pesquisada a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos de pesquisa, é imprescindível compreender a elaboração teórica apresentada por Pedro Borges ao citar Maria Beatriz Nascimento. Assim como a fala de Thiago de Souza Borges demandou observação mais detalhada do trabalho de Tiarajú Pablo D’Andrea (2013), agora entende-se ser preciso compreender melhor o pensamento da pesquisadora e ativista do movimento negro brasileiro mencionada.

Além de historiadora e mestranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Beatriz Nascimento era conhecida ativista do movimento negro no Brasil quando foi assassinada em 1995. Figura respeitada em diferentes frentes de atuação entre os anos 1970 e 1990, publicou inúmeros artigos na imprensa. Alex Ratts (2007) ajuda a recompor o pensamento de Beatriz Nascimento a partir de um levantamento minucioso feito em acervo de textos da autora que estava investigando a organização social do quilombo brasileiro. Beatriz Nascimento, segundo Ratts, já apresentava em suas comunicações públicas, em eventos ou textos publicados, uma ideia de quilombo como espaço ocupado, isto é, como território criado por pessoas em busca de liberdade e paz. De forma ainda mais refinada, Beatriz defende que o quilombo é a terra-mãe imaginada em que os corpos negros, mas não somente, se reconhecem como seus integrantes e formadores. Isso implica entender que o território é constituído pela presença desses sujeitos que se fixam em coletivo, em grupo, organizando um projeto de nação formada pelos setores subalternos. Nesse sentido, percebe-se que há um olhar para a diversidade presente, historicamente, nessas localidades. O quilombo abriga os negros, em sua maioria, mas também recebe fugitivos do sistema social dominante, brancos empobrecidos e indígenas, em outros termos, as populações marginalizadas de forma geral.

O quilombo que interessa particularmente Beatriz Nascimento não é apenas aquele lugar de resistência que existiu e pereceu ao longo da História do Brasil. Palmares, o mais conhecido, é mencionado como memória que ajuda a compreender os espaços formados por esses sujeitos marginalizados, mas o que parece realmente interessar à estudiosa é a continuidade dessa organização social. Sua hipótese é a de que

a forma de sociabilidade criada nesses espaços permanece presente na cidade brasileira. “Uma das hipóteses de nosso projeto diz, explicitamente, que as áreas de onde se localizaram “quilombos” no passado supõem uma continuidade espacial, preservando e atraindo populações negras no século XX” (NASCIMENTO, 1982 *apud* RATTS, 2007, p. 111). A atração desses grupos se dá em algum grau pelo tipo de sociabilidade produzido nesses espaços sociais. Segundo Beatriz Nascimento, no quilombo observa-se um sentimento de identidade coletiva vinculado ao território.

Wagner Vinhas, por sua vez, define essa sociabilidade ou esse território do quilombo como um sistema social alternativo e enfatiza que longe de entender essa “coletividade congelada no tempo” (VINHAS, 2018, p. 273), Beatriz Nascimento a compreende na dinâmica de continuidade.

[...] a ideia da continuidade proposta por Beatriz Nascimento teria muito mais a ver com o que ocorre contemporaneamente em termos de dinâmica das identidades emergentes em comunidades e agremiações negras, assim como em bairros periféricos com predominância do fenótipo negro (VINHAS, 2018, p. 273).

Se no passado, o quilombo é esse lugar físico de exercício de uma sociabilidade alternativa, na atualidade, de acordo com a leitura de Vinhas, ele se torna uma forma ideológica. Nas palavras de Beatriz Nascimento,

[...] a utilização do termo quilombo passa a ter uma conotação ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como reconhecendo homens, como se reconhecendo pessoas que realmente devem lutar por melhores condições de vida na medida em que fazem parte dessa sociedade (NASCIMENTO, s/a, p. 16 *apud* VINHAS, 2018, p. 273).

Vinhas enfatiza que, seguindo a perspectiva de Beatriz Nascimento, é possível inferir que os quilombos são grupos formados por sujeitos que compartilham práticas socioculturais num determinado território e que se unem por laços de parentesco e vizinhança marcados pela solidariedade e reciprocidade. Ainda de acordo com Vinhas, a ideia de raça presente nessa discussão não deve ser entendida a partir de uma noção biológica, mas sim de construção social. Por isso, os grupos que formam os quilombos contemporâneos, favelas e periferias urbanas ao lado das comunidades rurais, são compostos por negros, alguns brancos e indígenas, isto é, a população marginalizada política, geográfica, cultural, social e historicamente.

Observa-se que a perspectiva de Beatriz Nascimento, recuperada por Pedro Borges, guarda relação com o pensamento de Muniz Sodré (1999; 1988). Talvez pelo fato de o autor ter dedicado parte de seus estudos à questão da formação identitária do Brasil, com especial atenção para o negro, mas também pelo fato de ele ter sido orientador da pesquisa – interrompida – de Beatriz Nascimento. Sodré busca apreender como o negro se insere na identidade, na cultura e na sociedade brasileiras, a partir dos terreiros de Umbanda e Candomblé, para citar algumas das designações, que não são as únicas, das religiões de matriz africana. Mais do que um processo de miscigenação, ou de sincretismo religioso, o autor defende que se trata de mútua afetação. Não apenas há uma apreensão do conhecimento português e europeu por parte dos escravos e ex-escravos, como há uma influência recíproca entre várias culturas africanas que aqui se encontram, bem como uma afetação mútua com os povos indígenas.

Africanos de várias origens, com línguas e rituais religiosos distintos, e índios se encontram e se colocam, em algumas situações históricas, lado a lado para “refazer” o território perdido, os laços com um lugar que ficou para trás. Sodré tece comparações entre essa experiência brasileira e outras encontradas nos Estados Unidos, por exemplo, em que povos locais (indígenas) ao se verem sem território, sem espaço, se unem aos negros escravizados e depois segregados. Dessa relação, que também se afeta pelas influências brancas, nascem novos ritmos musicais, novas formas de expressão artística e, principalmente, novos rituais religiosos.

A relação com o espaço físico, com o território ganha outros contornos. A reprodução de pequenas Áfricas, os terreiros, como aponta Sodré, demonstram essa forma de refazer um lugar de origem, um lugar de ser. É tudo simbólico e sempre há uma mediação que explicita esse lugar que reforça a existência do grupo.

Tanto para os indígenas como para os negros vinculados às antigas cosmogonias africanas, a questão do espaço é crucial na sociedade brasileira [...]. Mas essa não é uma questão exclusiva de determinados segmentos étnicos. Para todo e qualquer indivíduo da chamada “periferia colonizada” do mundo, a redefinição da cidadania passa necessariamente pelo remanejamento do espaço territorial em todo o alcance dessa expressão (SODRÉ, 1988, p. 18).

Esse remanejamento está ligado ao fato de que essas pessoas se encontram num novo espaço. Isso impacta, na análise de Sodré, até mesmo a ideia de território que passará a

ser entendido como lugar de moradia, como indicativo de identidade coletiva e não exatamente como espaço privado no sentido capitalista.

No desenvolvimento da mercantilização dos espaços, principalmente urbanos, esses vínculos com o território tendem a se perder. Sodré aponta as diferenças de laços territoriais entre a sociedade capitalista e os grupos identitários. Entre os aspectos que mais saltam aos olhos está justamente a relação com o entorno. Enquanto na lógica capitalista há uma separação entre cultura e natureza, aquilo que faz parte da urbanidade está totalmente separado do meio ambiente, a posição dessas populações que “se refazem” no desterro é a da cosmovisão, um todo do qual natureza, cultura, animais, floresta, índios, negros, todos fazem parte. De certa maneira, essas relações observadas por Sodré e Beatriz Nascimento confluem para outro aspecto que tangencia a noção de *periferia* apresentada pelos sujeitos de pesquisa, aspecto esse que é representado pela palavra *quebrada*. Assim, entende-se que o território periférico é constituído simbolicamente por um tipo de sociabilidade produzido, na hipótese dos autores e de alguns dos sujeitos de pesquisa, pela herança da História do Negro no Brasil. Numa perspectiva de continuidade, essa forma de interação social corresponde, por um lado, às raízes da marginalização dessa população e, por outro lado, às relações afetivas e de solidariedade.

A quebrada

A resignificação da *periferia*, no movimento de autoafirmação do Sujeito Periférico (D'ANDREA, 2013), contempla o uso em nova conotação de certos vocábulos anteriormente aplicados apenas em sentido pejorativo. É o caso da palavra *quebrada* que passa a contemplar nova semântica ao ser apropriada pelos sujeitos imbuídos de um tônus revigorado e sustentado pela relação de pertencimento ao território que contribuí com a definição de suas identidades.

Thiago de Souza Borges, da *Periferia em Movimento*, comenta que a ideia contida na palavra *quebrada* era extremamente negativa e indicava um lugar com infraestrutura urbana precária, um espaço marcado pelo abandono do Estado e permeado pela violência, pobreza e carestia de toda ordem. Seria como resumir todo o aspecto negativo que marca a periferia de uma maneira mais enfática no uso dessa

palavra. Apesar da indicação de que essa definição teria ficado para trás, na opinião de Livia Lima, do Nós, mulheres da periferia, quando uma pessoa não-periférica usa esse termo há a incidência de conotação pejorativa o que implica na ideia descrita por Thiago. Por isso, entende-se que a nova semântica está vinculada ao sujeito da fala, em outros termos, o periférico que toma para si uma posição ativa no processo de resignificação do território e dos termos que a ele se dirigem. Livia propõe mais uma orientação para essas definições, segundo ela a palavra *periferia* significa o geral, o amplo, o território num sentido indistinto, já a *quebrada* estaria sempre vinculada à conotação de pertencimento, de vínculo com o território.

Para Livia e Thiago, *a minha quebrada* revela a relação de pertencimento reorientada por esse tônus positivo. Para Thiago (BORGES, 2018), “*a minha quebrada, a sua quebrada. Por trás da parede de reboco, tem muitas histórias acontecendo. Não é um não-lugar, é um lugar*”. Isso significa que entre os Sujeitos Periféricos, na nomenclatura de D’Andrea (2013), o uso do termo parece reforçar os vínculos afetivos com o território e será, dessa forma, utilizado não apenas na fala das pessoas de maneira geral como também marcará as narrativas produzidas por esses jornalistas. Não por acaso, a definição usada pela Periferia em Movimento é a de que o grupo forma uma produtora de jornalismo das quebradas.

A forma de sociabilidade herdada do quilombo estaria assim presente nesse reconhecimento do território como um lugar de potência. O termo, ao lado de *periferia*, simboliza esse processo de resignificação não apenas das nomenclaturas utilizadas, mas dos vínculos sociais e da perspectiva que os sujeitos sociais possuem de seus territórios. No trabalho de Tiarajú Pablo D’Andrea (2013), esse movimento é observado a partir da cultura, em especial da música que representa essa guinada para o tônus vibrante da periferia. O rap do grupo Racionais MC’s é certamente o principal representante desse processo. O que se percebe nesta pesquisa é a presença dessa mudança de perspectiva como balizamento para a produção jornalística efervescente – mas não exatamente nova, porque há registro de grupos de produtores que iniciaram nesse tipo de projeto comunicacional na década de 1990 – que, assim como a música, cada vez mais extrapola os limites do território e ecoa pela cidade uma visão de mundo de autoafirmação pautada por uma sociabilidade de resistência.

Considerações finais

Buscou-se com este artigo apresentar alguns dos principais aspectos da criação de significado para o termo *periferia* a partir da pesquisa realizada com os jornalistas das periferias. Por questões de espaço, não é possível trazer com toda riqueza de detalhes as falas e experiências anotadas no diário de campo elaborado durante a imersão desenvolvida entre 2018 e 2019. O relatório completo da pesquisa deve ser apresentado no decorrer de 2020 o que possibilitará futuramente a publicação dos dados levantados de maneira mais pormenorizada.

Por hora, espera-se contribuir com a reflexão a respeito da mobilização social, cultural e comunicacional nas periferias como um processo efervescente e pujante com o qual os pesquisadores da área podem, pautados pelo diálogo com os sujeitos dessa mobilização, aprender sobre as sociabilidades e resistências que marcam a identidade brasileira. Para além das noções hegemônicas criadas pelo centro do sistema, há importantes processos se desenvolvendo nas bordas urbanas.

Referências

- CARVALHO, Guilherme e BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. In: **Revista Pauta Geral**. Ponta Grossa, 2017, v. 4, n. 1, p. 21-39.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 295 f. Tese. Doutorado em Sociologia. Orientadora: Profa. Dra. Vera da Silva Telles. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.
- FIGARO, Roseli (Org). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- IBGE. Estimativas da população – 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.
- KOWARICK, Lúcio (Org). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2011.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Edusp, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e continuidades rurais da atualidade. In: **Revista da ABPN**. Goiânia: mar./jun. 2018, v. 10, n. 25, p. 271-293.

Entrevistas

BORGES, Thiago de Souza. Informação verbal apresentada em entrevista concedida à pesquisa “Jornalismo periférico – o diálogo social solidário nas bordas urbanas” (Fapesp 2018/00132-6). São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

BORGES, Pedro. Informação verbal apresentada em entrevista concedida à pesquisa “Jornalismo periférico – o diálogo social solidário nas bordas urbanas” (Fapesp 2018/00132-6). São Paulo, 23 de janeiro de 2019.